
Retratos do ensino profissional agrícola no Brasil: da escola média de agricultura de Pinheiro ao colégio agrícola Nilo Peçanha (1910-1964)

Pictures of professional agricultural education in Brazil: from Pinheiro agricultural middle school to the agricultural college Nilo Peçanha (1910-1964)

Retratos de educación agrícola profesional en Brasil: de la escuela media de agricultura en Pinheiro al colegio agrícola Nilo Peçanha (1910-1964)

Silva, Lidiiane Dias¹ (Pinheiral, Rio de Janeiro, Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7742-3533>

Mendes, Marta Ferreira Abdala² (Mesquita, Rio de Janeiro, Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5573-4317>

Resumo

Este trabalho situa-se no âmbito da História das Instituições Escolares e teve como objeto de estudo os estabelecimentos de ensino formal que deram origem ao Instituto Federal do Rio de Janeiro/ Campus Pinheiral, com o objetivo de analisar seu processo de constituição e formação oferecida aos alunos do ensino profissional agrícola, no período compreendido entre 1910 a 1964. A escolha deste período contempla a promulgação do decreto nº 8.367/1910, que instituiu a Escola Média de Agricultura de Pinheiro até o início da ditadura civil-militar, ano que a escola foi transformada em colégio. Nossa abordagem metodológica pautou-se em pesquisa bibliográfica e documental. No que se refere a primeira, buscamos situar a criação da escola no contexto político e econômico nacional. Para investigar especificamente, fatores relacionados a Escola, baseamo-nos principalmente em legislações e relatórios ministeriais. Os resultados evidenciaram a subordinação da educação profissional agrícola ao projeto de modernização agrária do país, apontando a ligação entre pragmatismo, assistencialismo e educação profissional.

Palavras-chave: Educação profissional agrícola. Pragmatismo. Assistencialismo.

Abstract

This work is situated within the scope of the History of School Institutions and had as object of study the formal educational establishments that gave rise to the Federal Institute of Rio de Janeiro / Campus Pinheiral that with the aim of analyzing its process of constitution and formation offered to students of agricultural professional education, in the period from 1910 to 1964. The choice of this period contemplates the promulgation of decree n ° 8.367 / 1910, which instituted the Pinheiro Middle School of Agriculture until the beginning of the civil-military dictatorship, year that the school was transformed into college. Our methodological approach was based on bibliographic and documentary research. As regards the first, we seek to situate the creation of the school in the national political and economic context. To investigate specifically, factors related to Pinheiro Middle School of Agriculture, we base primarily on legislation and ministerial reports. The results showed the subordination of agricultural professional education to the country's agricultural modernization project, pointing out the link between pragmatism, assistance and professional education.

Keywords: Agricultural professional education. Pragmatism. Charity.

¹ Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Rio de Janeiro. lidiane.silva@ifrj.edu.br

²Coordenadora, professora do Curso de Especialização em Educação e Divulgação Científica, coordenadora de Pesquisa, professora do Curso de Especialização em Ensino de Ciências e professora do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFRJ/campus Mesquita. marta.mendes@ifrj.edu.br

Resumen

Este trabajo se enmarca en el ámbito de la Historia de las Instituciones Escolares y tuvo como objeto de estudio los establecimientos educativos formales que dieron origen al Instituto Federal de Río de Janeiro / Campus Pinheiral, con el objetivo de analizar su constitución y proceso de formación ofrecido a los estudiantes de educación agrícola profesional, en el período de 1910 a 1964. La elección de este período incluye la promulgación del decreto n° 8.367 / 1910, que estableció la Escuela Media de Agricultura Pinheiro hasta el inicio de la dictadura cívico-militar, año en que la escuela se transformó en universidad. Nuestro enfoque metodológico se basó en la investigación bibliográfica y documental. Con respecto al primero, buscamos ubicar la creación de la escuela en el contexto político y económico nacional. Para investigar específicamente los factores relacionados con la escuela, nos basamos principalmente en la legislación y los informes ministeriales. Los resultados mostraron la subordinación de la formación profesional agrícola al proyecto de modernización agrícola del país, señalando el vínculo entre pragmatismo, asistencia y formación profesional.

Palavras-Clave: Educación profesional agrícola. Pragmatismo. Asistencialismo.

Introdução

As primeiras iniciativas governamentais no âmbito do ensino agrícola no Brasil datam de meados do século XIX. Naquele período, a precária infraestrutura do país e a ausência de mão de obra qualificada passaram a ser entendidos como os principais entraves ao desenvolvimento agrário nacional. Buscando amenizar esse quadro, o governo brasileiro instituiu a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1860.

Entretanto, apesar dessa iniciativa lograr algum êxito no desenvolvimento de pesquisas agrícolas, principalmente a introdução e aclimação de espécies, o mesmo não se pode dizer do ensino, que ficou restrito a escassos asilos e institutos agrícolas dispersos pelo país (GLABER, 2012).

Com o advento da República, a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi transformada em Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Esse ato contribuiu para que uma fração da classe rural, que se encontrava organizada em torno da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), passasse a defender por meio de seus representantes na câmara dos deputados, não só a criação de um novo ministério para tratar dos interesses agrícolas, bem como a instituição de uma rede de escolas rurais, para superar o atraso que marcava o setor (NERY, 2015).

Assim, em 1906 o governo (re)instituiu o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), dotando-o de diversos institutos técnicos e científicos. Entre estes, encontravam-se instituições de pesquisas agropecuárias, inclusive o Posto Zootécnico de Pinheiros, intuído em 1909. Em 1910, dando continuidade ao projeto

de modernização das práticas rurais, foi promulgado o decreto 8.319 que regulamentou o ensino agrônomo no país. Naquele contexto, ainda no ano de 1910, o decreto 8.367 estabeleceu as normas para o funcionamento do Posto Zootécnico de Pinheiros e instituiu a Escola Média de Agricultura como seu apêndice.

A história dessa escola, e suas derivadas, constitui-se no objeto de estudo deste artigo, que tem como objetivo investigar seu processo de constituição em 1910 e a formação oferecida aos alunos a partir de sua inauguração, ocorrida em 1912, até sua transformação em Colégio Agrícola Nilo Peçanha em 1964.

Na primeira parte deste artigo, nossa atenção volta-se para os fatores políticos, econômicos e sociais que motivaram a instalação do Posto Zootécnico de Pinheiros e da Escola Média de Agricultura. Na sequência, investigamos as mudanças pelas quais passou a instituição, até o ano em que a instituição foi transformada em Colégio Agrícola Nilo Peçanha.

Nossa abordagem metodológica pautou-se em pesquisa bibliográfica e documental, na qual buscamos situar a criação da escola no contexto político e econômico nacional, tendo como eixo as pesquisas de Mendonça (2013), Nery (2015) e Bhering e Maio (2011).

Para investigar especificamente os fatores relacionados à Escola Média de Agricultura, baseamo-nos principalmente em legislações e relatórios ministeriais, uma vez que a maior parte da documentação preservada institucionalmente tem início a partir da década de 1940. Contudo, não deixamos de consultar, ainda que com crítica, os relatórios históricos produzidos pela instituição na década de 1960 e 1970, que tinham o intuito de ressaltar sua presença no cenário educacional.

O Ensino Agrícola: Do Império a República

Durante o Império, a agricultura tornou-se uma das principais preocupações do governo. Segundo Meira (2017), a influência das ideias em voga na Europa e Estados Unidos preconizava a necessidade de reorganizar a lavoura, tornando-a científica. Desse modo, foi instituída a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, destinando-se as primeiras verbas públicas para o desenvolvimento de pesquisas que promovessem a agricultura no país. Entretanto, o processo de modernização agrícola passou também pela

qualificação da mão de obra, fazendo com que fossem instituídas algumas instituições de ensino rural.

Naquele período, apesar das raras escolas e asilos de ensino agrícola espalhados pelo país, os discursos da classe agrária eram enfáticos na defesa à criação de escolas práticas de agricultura (MEIRA, 2017). A introdução e difusão de modernas técnicas de produção eram entendidas como responsáveis para a recuperação de alguns produtos no mercado internacional. Assim, juntamente com a ideia de “vocação agrícola do país” (MENDONÇA, 2013, p. 79) gestava outra, a de proceder uma moderniza o agrícola por meio do ensino, a exemplo do que havia ocorrido na França. (MENDONÇA, 2013).

Essas ideias ganharam ainda mais fôlego com o advento da República. A transforma o da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em Ministério da Indústria, Via o e Obras Públicas em 1891, fez com que “a agricultura passasse a ser mais uma, das diversas atividades sobre a incumbência do novo ministério” (BHERING; MAIO, 2011, p. 696). Assim, a marginaliza o do setor e a crise econ mica, enfrentadas por alguns produtos de exporta o, gerariam pressão de uma fra o da classe rural pela cria o de uma nova pasta, tendo a agricultura como cerne.

Segundo Mendonça (2013), naquele período acirraram-se as disputas dentro da classe dominante pelo controle do aparelho estatal e conseqüentemente pela melhor coloca o de seus produtos. A classe organizada em torno da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) defendia a reestrutura o produtiva visando o mercado interno. Opunha-se, dessa forma, ao bloco paulista que defendia a manuten o de privilégios da agroexpota o cafeeira (MENDONÇA, 2013, p. 80).

A SNA era um “eixo alternativo de poder” (MENDONÇA, 2013, p. 81) e, apesar das contraposi es do bloco paulista, teve grande parte dos seus objetivos concretizados no início do século XX. Em 1906, cedendo às pressões do grupo foi (re)instituído o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC)³. Em 1909, foi promulgado o decreto 7.566, que criava dezenove escolas de aprendizes e artífices

³ Cria o do MAIC foi pelo decreto 1.606 de 29 de dezembro de 1906. A cria o desse Ministério, segundo NEIRY (2015), foi um equilíbrio de forças entre as fra es da classe dominante, visto que o governo compactuou naquele mesmo ano com a assinatura do convênio de Taubaté, que estabelecia o controle estatal sobre os preços do café.

para o ensino profissional primário e gratuito (BRASIL, 1909)⁴. Essa rede, apesar de subordinada ao MAIC, não contemplou os anseios da classe rural, visto que o ensino agrícola foi dela excluído. Para Moreira (2015), a criação da rede federal de escolas profissionais — além de formalizar a dualidade histórica entre trabalho intelectual e manual — instituiu também a dualidade interna entre formação profissional industrial e agrícola.

Apesar da supracitada rede de escolas não contemplar o ensino agrícola, ainda em 1909 foi instituído por meio de decreto presidencial o Posto Zootécnico de Pinheiro. Essa instituição tinha como propósito desenvolver pesquisas sobre melhoria das espécies animais e vegetais do país. Segundo o relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1912), além de cuidar do desenvolvimento da indústria pastoril, neste posto se estudava a aclimação de espécies vegetais, a fim de entender sua vitalidade, valor alimentício, adaptação e replantio.

No findar do ano de 1909, a lei orçamentaria⁵, que fixava as despesas para o ano seguinte, autorizou o Ministério da Agricultura a “fundar campos de experiência para as lavouras, criação e indústria de laticínios, com aparelhos e máquinas aperfeiçoados, anexando-lhes escolas práticas desses serviços” (BRASIL, 1909, art. 29, p. 191). Por essa lei, o governo federal destinava uma vultuosa quantia de recursos para a fundação da Escola Prática de Agricultura na fazenda de Pinheiro⁶.

No ano seguinte, o ensino agrônômico é regulamentado no país, por meio do decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910. Esse decreto instituiu as bases para o ensino profissional agrícola, dividindo-o em 11 modalidades, entre as quais o Ensino Superior, o teórico-prático, o prático e o dos aprendizados. Contudo, a exceção do Ensino Superior, a educação agrícola regulamentada pelo Estado, constituiu-se de uma modalidade pragmática, destinada a formar para o trabalho simples, conforme as necessidades do capital agrário. Não obstante estarem subordinadas as necessidades do mercado, as escolas agrícolas ainda mesclavam um caráter assistencial e correccional⁷.

⁴ O decreto 7.566/1909 é considerado por Manfredi (2008) e Pacheco (2009) como a gênese da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pois foi a primeira iniciativa governamental sistematizada no tocante a Educação Profissional.

⁵ lei 2.222 de 30 de dezembro de 1909.

⁶ Encontra-se, nesta lei, o embrião da instituição que tornar-se-ia, um século mais tarde, o Instituto Federal do Rio de Janeiro/ Campus Pinheiral.

⁷ A educação profissional era destinada às classes marginais, aos desvalidos da sorte e da fortuna (BRASIL, 1909).

Seguindo o curso das reformas, logo após a regulamentação do ensino agrônômico no país foi instituída, por decreto, a Escola Média de Agricultura de Pinheiro. Esta, apesar de prevista em orçamento desde 1909, teve no decreto 8.367/10 sua ratificação e formalização.

A Escola Média de Agricultura de Pinheiro:

A escola média de agricultura de Pinheiro, também conhecida como escola teórico-prática, foi instituída para funcionar anexa ao posto zootécnico de mesmo nome. Esses dois institutos foram instalados na fazenda São José do Pinheiro⁸, construída em 1851, pelo comendador José Joaquim de Souza Breves. Em 1899, após sua morte⁹, a fazenda foi transferida para o Ministério da Agricultura e passou a abrigar, posteriormente, o posto zootécnico e a escola teórico-prática (SMEP, 2002).

A referida escola, idealizada para servir de modelo as demais escolas médias que viessem a ser implantadas no país, foi inaugurada no dia 21 de abril de 1912 (RMAIC, 1912). A escolha deste local para a implantação da instituição deveu-se a inúmeros fatores, tais como: a existência da infraestrutura agrícola e animal proveniente do Posto Zootécnico, em funcionamento desde 1911; a necessidade de instruir a classe trabalhadora local no manejo de novas técnicas de produção e, os benefícios advindos ao posto que poderia utilizar a mão de obra dos internos em diversas atividades.



Figura 1: Escola Média de Agricultura de Pinheiro – 1912.

⁸ Situada no distrito de Pinheiro, município de Pirai.

⁹ A fazenda foi desapropriada em 1890 e pertenceu a diversos ministérios, antes de passar a posse do Ministério da Agricultura.

Fonte: Acervo privado, cedida pelo ex-servidor Paulo Bitencourt.

Naquele período, o país contava com três dessas escolas: uma na Bahia (1911), uma no Rio Grande do Sul (1912) e uma em Pinheiros (1912). Porém, segundo o relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1912, ainda faltava fazer ajustes nas demais escolas, o que não acontecia na de Pinheiro. Segundo o relatório do Ministério da Agricultura de 1912:

A afluência de candidatos a matrícula nesses estabelecimentos, em número superior ao determinado pelo regulamento¹⁰, tanto em Pinheiro como no Rio Grande do Sul e na Bahia, em cuja escola ainda é mister instalar alguns gabinetes e a fazenda experimental que lhe deve ficar anexa, o que não se dá em pinheiro, onde tudo está conveniente instalado, e a assiduidade dos que a frequentam confirmam, satisfatoriamente, o meu juízo a respeito da grande utilidade desse instituto. (RMAIC, 1912, p. XIX)¹¹

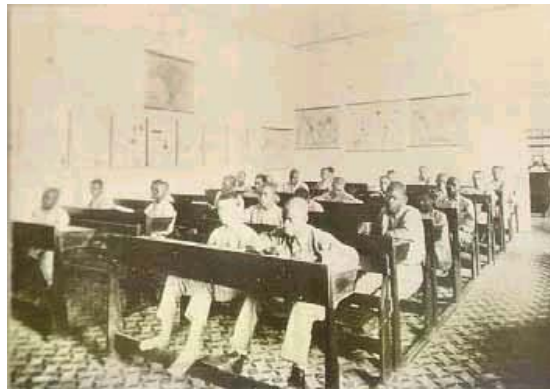


Figura 2: Sala de aula da Escola Média de Agricultura de Pinheiro.

Fonte: Acervo privado, cedida pelo ex-servidor Paulo Bitencourt.

A Infraestrutura oferecida pelo Complexo de Pinheiro — laboratórios, dormitórios, amplo acervo animal e vegetal — conferiu ao local características propícias para abrigar a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Esta, inaugurada em 10 de junho de 1913, na cidade do Rio de Janeiro, foi transferida para a cidade de Pirai/RJ, em 1915, devido à escassez de recursos (RMAIC, 1913). Assim, a primeira turma de médicos veterinários formados no país (1917) foi graduada na fazenda de Pinheiro (RMAIC, 1918).

Em 1918, entretanto, o governo decretou a transferência da Escola Superior para o município de Niterói/RJ. A justificativa era de que a distância reduzia

¹⁰ As escolas médias tinham capacidade máxima de 50 alunos internos.

¹¹ Transcrito conforme original.

a frequência de alunos em um momento necessário para aumentar o número de profissionais das áreas de agronomia e veterinária (BRASIL, 1918).

Com a saída da Escola Superior de Agricultura da fazenda de Pinheiro, o ministro da Agricultura, Indústria e Comércio sugeriu que as dependências por ela ocupadas fossem “imediatamente aproveitadas para alojar um número avultado de menores desvalidos”. Estes deveriam receber “instrução elementar para os variados serviços agrícolas”(RMAIC, 1918, p. 22).

Acatando a sugestão do ministro, a fazenda de Pinheiro passou a ofertar Cursos Complementares dos Patronatos Agrícolas. Entretanto, essa instituição não se enquadrava na definição tradicional de patronato, pois sua finalidade não era ministrar ensino elementar¹², mas sim cursos complementares, destinados a alunos entre 16 e 18 anos. Entre os cursos oferecidos constava o de mestres agrícolas direcionados principalmente a zootecnia experimental (MA, 1933, p.45).

Embora esses cursos tivessem o ensino como função precípua, sua vinculação ao projeto de desenvolvimento econômico governamental é nítida. O relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1920) confirma a afirmação ao sugerir que: “ (...) um certo numero de alumnos do Patronato Agricola anexo ao Posto se especialise na exploração de lacticínios, organizando-se um curso de ordenadores, criadores de bezerros, fabricantes de queijos e manteigas” (RMAIC, 1920, p. 114)¹³

Essa recomendação provinha da tentativa de equilibrar a balança comercial, visto que, em 1919, o país havia importado 1376 toneladas de leites e



¹² Os patronatos tradicionais recebiam alunos até os 16 anos. Por esse motivo, os cursos oferecidos em Pinheiro eram chamados de “complementares”.

¹³ Transcrito conforme o original.

derivados, totalizando o valor de 3.600 contos (RMAIC, 1920, p. 114). Para reduzir essas importações, o Posto Zootécnico de Pinheiro deveria desenvolver pesquisas relacionadas a criação e ao manejo de gado leiteiro, enquanto os Cursos Complementares dos Patronatos, que funcionavam anexo ao posto, incumbiram-se de capacitar trabalhadores com conhecimentos e habilidades que iam da ordenha ao produto final.

Figura 3: Patronato Agrícola de Pinheiro e seu alojamento.

Fonte: foto cedida pelo ex- servidor Paulo Bitencourt.

Em 1930, a ascensão de Getúlio Vargas à presidência mudou os rumos da educação agrícola e, especialmente, da fazenda de Pinheiro. Seu governo assumiu a tarefa de conciliar os interesses dos setores ruralistas e urbanos, visando o desenvolvimento nacional. Contudo, a concretização desse projeto desenvolvimentista dependia da disponibilidade de mão-de-obra qualificada (FERREIRA, 2002). Assim, a educação profissional passou a ser objeto de diversas reformas com o intuito de minimizar seu caráter assistencialista e correccional.

Dessa forma, em 1934, os Patronatos existentes no país foram extintos e os Cursos Complementares vinculados a eles deixaram de ter fundamento. Segundo o Relatório do Ministério da Agricultura de 1933:

A prática de enviar aos patronatos os menores abandonados, com todos os vícios dos grandes centros, tinha como resultado, em vez de regenerá-los, função que nada tem de agrícola, concorrer para perversão de menores que iam encontrar nesses estabelecimentos, oriundo do ambiente rural. (RMA, 1933, p. 28)¹⁴

Esses motivos aliados a outros de ordem política e econômica, determinaram a necessidade de remodelação do Ensino Agrícola. Alguns patronatos foram transformados em aprendizados. Outros, que possuíam caráter mais voltado para a correção disciplinar, foram transferidos para o Ministério da Justiça. Naquele período, os Cursos Complementares do Patronato de Pinheiros possuíam 144 internos matriculados¹⁵. Com sua extinção, o Posto Zootécnico foi transformado em

¹⁴ Transcrito conforme o original

¹⁵ A capacidade máxima era de 200 internos.

fazenda experimental de criação e continuou a ofertar cursos rápidos e gratuitos¹⁶ destinados a divulgação de conhecimentos relacionados a agricultura e pecuária (RMA, 1934)

Naquele mesmo período ocorreu também a criação da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), transferindo a instituição — que até então fora responsável pelo Patronatos Agrícolas — para a jurisdição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde passou a funcionar sob a modalidade de Serviço de Assistência a Menores (RMA, 1944, p. 309).

O (re)nascimento educacional de Pinheiros

Com a extinção dos Cursos Complementares do Patronato de Pinheiro, houve a necessidade de se implantar no interior do estado do Rio de Janeiro uma escola para ensino das atividades rurais. Assim, foi instituído um Aprendizado Agrícola em 1938, na fazenda Sacra-Família¹⁷, denominado Aprendizado Agrícola do Rio de Janeiro. Em 1939, esse aprendizado adquiriu a denominação de Aprendizado Agrícola Nilo Peçanha pelo Decreto 1.029 de 06 de janeiro de 1939.

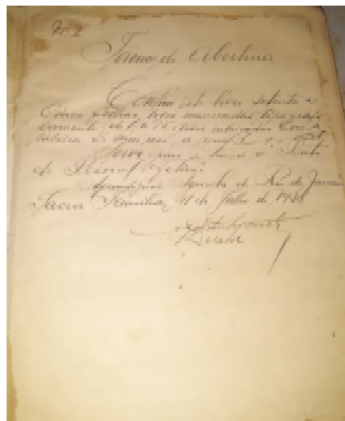


Figura 4: Primeiro livro de registro de matrículas do Aprendizado Agrícola da Fazenda Sacra-Família

Fonte: Foto das autoras (Arquivo institucional- IFRJ/ campus Pinheiral)

O referido aprendizado foi transferido no ano de 1941 para o distrito de Pinheiros, onde passou a funcionar nas dependências da antiga Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. As dependências da fazenda foram reformadas e,

¹⁶ Esses cursos não tinham caráter formal de ensino, podendo ser comparados, a grosso modo, a extensão acadêmica, visto que seu objetivo era divulgar conhecimentos desenvolvidos pelo Posto Zootécnico a comunidade agrícola do Vale do Paraíba.

¹⁷ A fazenda Sacra-Família localizava-se no município de Vassouras/RJ.

em 1942, encontrava-se funcionando regularmente com 154 internos matriculados. (RMA, 1944)

Apesar da mudança nomenclatural, os Aprendizados tinham funções políticas e econômicas similares as dos Patronatos, pois o pragmatismo e assistencialismo ainda estavam presentes. Segundo o decreto 14.252 de 10 de dezembro de 1943 (que regulamentava o funcionamento dessas instituições), todos os aprendizados em funcionamento no país eram obrigados a manter “gabinete médico-dentário, oficinas de trabalhos em ferro, madeira e couro, dispensa, copa, cozinha, rouparia, lavanderia, dormitórios e outras dependências necessárias ao seu funcionamento” (BRASIL, 1943).

A partir da década de 1940¹⁸, a influência norte-americana na educação nacional tornou-se mais palpável, com a assinatura de um acordo com a Inter-American Educational para a Educação das populações no Campo, em 1945. Esse acordo foi implementado em 1946 e fez surgir a comissão brasileiro-americana de educação das populações rurais. Essa comissão tinha como propósito modernizar a agricultura nacional e foi implementado pioneiramente no Aprendizado Agrícola Nilo Peçanha, de onde se irradiaria “a todos os estabelecimentos congêneres do Ministério” (Jornal A NOITE, 26 de agosto de 1946).

Em decorrência do supracitado acordo, foi constatada a necessidade de reorganizar com urgência os aprendizados agrícolas (Jornal A Manhã, 1946). Assim, ainda em 1946, foi promulgada a lei orgânica do ensino agrícola, que estabeleceu uma nova forma de organização desta modalidade de ensino. Dessa maneira, em detrimento das antigas formas de organização passaram a existir legalmente três tipos de estabelecimentos de ensino agrícola: as escolas de iniciação, as escolas agrícolas e as escolas agrotécnicas. O antigo aprendizado adquiriu o status de escola (BRASIL, 1946). Em 1956, a referida escola passou a denominar-se Escola Agrotécnica Nilo Peçanha pelo decreto 40.269 de 05/11/1956. A mudança nomenclatural possibilitou a escola oferecer, além dos cursos de iniciação¹⁹ e maestria agrícola²⁰, o curso agrícola

¹⁸ A assinatura do acordo ocorreu em outubro de 1945.

¹⁹ Os concluintes do curso de iniciação agrícola recebiam o diploma de operário agrícola.

²⁰ Esses cursos correspondiam ao primeiro ciclo da modalidade agrícola (Acervo Discente - documentos pessoais de aluno concluinte do curso agrícola técnico, 1960).

técnico (Arquivo Institucional, Acervo Discente, 1958). Os alunos desta escola eram tratados como operário-aluno, pois recebiam remuneração proveniente dos cofres públicos, vestuário, alimentação, assistência médica e odontológica (ARQUIVO INSTITUCIONAL, acervo discente, 1987, p. 2).

Em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961). Essa lei constituiu um passo importante para a superação da dualidade do sistema escolar, ao proporcionar aos concluintes do ensino técnico o acesso irrestrito ao Nível Superior. Em 1964, em decorrência da aplicação desta nova legislação, a Escola Agrotécnica foi transformada em Colégio Agrícola, por meio do decreto presidencial 53.558/1964²¹.

Considerações finais:

O estudo das instituições educacionais da fazenda de Pinheiro, fornece um panorama dos paradigmas pedagógicos experimentados pelo ensino agrícola no país, desde a oficialização dessa modalidade em 1910, até a presente data, visto que a fazenda de Pinheiro abriga, desde 2008, o Instituto Federal do Rio de Janeiro/Campus Pinheiral.

O IFRJ/Campus Pinheiral, tem sua proposta pedagógica ancorada no Ensino Médio Integrado, que a qual busca contribuir para a superação do modelo dual de ensino, observada na dicotomia entre trabalho intelectual/complexo e trabalho manual/simples, ofertando educação profissional amalgamada a formação propedêutica e humanista (CIAVATTA, 2004). Porém, nem todas as instituições educacionais que existiram na fazenda de Pinheiro tiveram esse propósito.

As análises documentais dos diferentes períodos, evidenciaram a ligação entre educação, assistencialismo e desenvolvimento agrário. Nesse contexto, a formação da mão de obra agrícola visava dotar os futuros trabalhadores de conhecimentos práticos indispensáveis ao exercício da profissão, tendo currículos que dispensavam a formação básica em prol do pragmatismo — a despeito das diversas reformas experimentadas.

Durante o período varguista, as reformas buscaram despir o ensino agrícola das características assistenciais que lhe eram atribuídas. Porém, além de não

²¹ O decreto 53.558/1964 transformou todas as escolas agrotécnicas do país em colégios, não sendo uma legislação aplicada exclusivamente a instituição em estudo.

obter sucesso nessa empreitada, continuou a valorizar o ensino prático em detrimento do teórico, fazendo com que a educação profissional agrícola, mais uma vez, se restringisse as necessidades do capital agrário, ao ser direcionada para — treinar as camadas desfavorecidas da população.

No final daquele período, o ensino agrícola começou a vivenciar, ainda, a interferência norte-americana, por meio da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). Tal comissão apontou, em seus relatórios, a necessidade de remodelação dessa modalidade de ensino, ao verificar a ineficiência dos aprendizados na educação das populações rurais (Jornal A MANHÃ, 1946). Segundo o Jornal A Manhã, a CBAR constatou que, “em certos casos a instrução ministrada não passava das primeiras letras, sem existir mesmo um programa visando o ensino técnico” (Jornal A Manhã, 1946, p. 13).

Como consta na reportagem do jornal A Manhã (1946), essa interferência, visava aumentar a produção de alimentos e proporcionou uma nova reorganização do ensino agrícola, fazendo com que os aprendizados, fossem substituídos por escolas de iniciação agrícola, escolas agrícolas e escolas agrotécnicas. Essas possuíam um currículo estruturado, na tentativa de conciliar a formação propedêutica com a formação técnica, mas ainda com ampla prevalência da segunda formação em detrimento a primeira.

Ainda no período de redemocratização do país (pós período varguista), começou a se discutir a forma de organização do sistema educacional brasileiro, com vistas a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Promulgada em 1961, a LDB 4.024, estabeleceu a equivalência entre formação propedêutica e profissional, sem que os concluintes da segunda tivessem de se submeter a exames ou provas de conhecimento (BRASIL, 1961). Esta lei foi um importante passo para a superação da dualidade entre educação profissional agrícola e industrial e, entre essas e o ensino propedêutico. Contudo, as conquistas dessa legislação foram anuladas pela ditadura civil-militar instalada no país a partir de 1964.

Referências

BHERING, Marcos Jungmann; MAIO, Marcos Chor. Ciência, positivismo e agricultura: uma análise do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na Primeira República. **Varia historia**, v. 27, n. 46, p. 689-709, 2011.

BRASIL. **Decreto 1.606 de 29 de dezembro de 1906**. Crea uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministerio dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio. <Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-publicacaooriginal-104760-pl.html>> Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. **Decreto 12.894 de 28 de fevereiro de 1918**. < Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12894-28-fevereiro-1918-519817-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em: 11 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto 14.252 de 10 de dezembro de 1943**. Aprova o Regimento dos Aprendizados Agrícolas. < Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-14252-10-dezembro-1943-462045-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. **Decreto 40.269 de 05 de novembro de 1956**. Transforma em Escola Agrotécnica a Escola Agrícola “Nilo Peçanha”. Rio de Janeiro, novembro de 1956. < Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40269-5-novembro-1956-332163-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto 53.558 de 13 de fevereiro de 1964**. Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. <Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53558-13-fevereiro-1964-393545-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 11 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto 7.622 de 21 de outubro de 1909**. Crêa a Directoria de Industria Animal. <Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7622-21-outubro-1909-524692-publicacaooriginal-1-pe.html>> Data de acesso: 10 set. 2018.

BRASIL. **Decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910**. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro, outubro de 2010. <Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 11 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.367 de 10 de novembro de 1910**. Dá regulamento ao Posto zootecnico Federal, creado pelo decreto n. 7.622, de 21 de outubro de 1909, com a denominação de Directoria de Industria Animal. < Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8366-10-novembro-1910-517118-republicacao-111202-pe.html>> Acesso em: 13 set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909.** Crêa nas capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. < Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>> Data de Acesso: 10 set. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei 9.613 de 20 de agosto de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. < Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 11 ago. 2018.

BRASIL. **Lei 2.222 de 30 de dezembro de 1909.** Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1910 e dá outras providências. < Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-2221-30-dezembro-1909-581770-anexo-pl.pdf>> Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. **Lei 4.4024 de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. < Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-actualizada-pl.html>> Acesso em: 11 ago. 2018.

BRASIL. **Relatório anual.** Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1913.

BRASIL. **Relatório anual.** Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1912.

BRASIL. **Relatório anual.** Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1918.

BRASIL. **Relatório anual.** Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1920.

BRASIL. **Relatório anual.** Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1933.

BRASIL. **Relatório anual.** Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1944.

Clavatta, Maria. A formação integrada à escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005.

FERREIRA, Kênia Bueno de Castro. **A semiformação do ensino agrícola na Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde–GO**. 2002. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia. fl. 245.

GABLER, Louise. A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891). **Cadernos Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira**, n.4. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

MEIRA, Roberta Barros. Semeando ideias: os discursos em prol do ensino agrícola no Brasil do final do Império às primeiras décadas da República. **Educação Unisinos**, v. 21, n. 2, p. 265-274, 2017.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1945). **História Econômica & História de Empresas**, v. 16, n. 1, 2013.

MOREIRA, Eduardo. **História Memória e Poder: Um estudo Macro e Micro Político Sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2015.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. As disputas em torno do ministério da agricultura, indústria e comércio e a confecção da primeira lei de ensino agrícola no Brasil. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 15, n. 63, p. 64-88, 2015.

NOVA orientação ao ensino agrícola no Brasil. **Jornal A Manhã**. Ed. 01557, 04 de setembro de 1946.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação de Pinheiral. **Pinheiral: A História que o povo conta**, p. 63, 2010.

TRABALHA a Comissão Brasileiro-Americana da Educação das Populações Rurais. **Jornal A Noite**. Ed. 12.348, 06 de agosto de 1946, p. 6.

Lidiane Dias da Silva

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Atualmente cursa o mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT).
Exerce a função de Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Rio de Janeiro.

Email: lidiane.silva@ifrj.edu.br

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0336948894647777>

Marta Ferreira Abdala Mendes

Natal, RN, Brasil

Doutorado em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (2006). Atualmente é coordenadora e professora do Curso de Especialização em Educação e Divulgação Científica do IFRJ/campus Mesquita.

Email: marta.mendes@ifrj.edu.br

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3233087920738388>

Q.Code

Editores-Responsáveis

[Prof. Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto](#), Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil

[Prof. Dr. Arno Münster](#), Universidade de Amiens - Paris, França